

Novas dinâmicas empresariais

Jaime Lourenço*

A CPLP tem pela frente, sabêmo-lo, a difícil tarefa de congregar países e povos geográfica e culturalmente distantes e distintos, com objectivos nem sempre convergentes, mas com uma língua e uma história comuns, com vista à constituição de um bloco coeso e com capacidade de intervenção a nível regional e mundial.

Para o efeito, a CPLP, organização *ainda jovem* comparativamente a outras similares (por exemplo, a Organização Internacional de Francofonia – OIF), precisa de reforçar e consolidar a sua capacidade de intervenção a nível geopolítico, cultural e económico. E sem perda de tempo, já que o mundo global coloca *permanentemente* novos desafios, riscos e oportunidades a todos os actores (públicos e privados).

Do nosso ponto de vista, um passo importante no sentido do reforço da capacidade de intervenção da CPLP e de promoção do desenvolvimento económico dos países membros, foi dado com a criação do Conselho Empresarial da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, no âmbito do I Fórum Empresarial da CPLP, que decorreu em Lisboa, a 27 e 28 de Junho de 2002, tendo como objectivo central contribuir para a dinamização e promoção das relações empresariais na Comunidade.

Mas, também neste caso, é preciso correr contra o tempo, de modo a operacionalizar o Conselho Empresarial. De facto, as acções inerentes à sua criação (elaboração dos estatutos, do plano de actividades e respectivo financiamento) parecem não ter sido *totalmente* concluídas de modo a que, de acordo, aliás, a com recomendação do Conselho de Ministros que teve lugar em 30 de Julho de 2002, em Brasília, aqueles documentos fossem discutidos e aprovados no II Fórum Empresarial da CPLP realizado em Fortaleza, Brasil, a 9 e 10 de Junho de 2003.

Depois de operacionalizado, o Conselho Empresarial poderá e deverá ser um instrumento decisivo da CPLP, já que irá:

– facilitar contactos estreitos entre empresários e associações empresariais dos países membros, contribuindo para a divulgação e promoção de oportunidades de negócios, criação de parcerias, bem como para a criação e reforço institucional e operacional de associações empresariais;

– contribuir para a formação de recursos humanos nas áreas económica e empresarial;

– promover o desenvolvimento e consolidação do sector privado dos países da CPLP.

– facilitar o acesso dos empresários dos países membros da CPLP aos financiamentos e mecanismos de cooperação económica e empresarial bilaterais e/ou multilaterais (com origem, por exemplo, na UE, Mercosul, UEMOA e SADC), beneficiando do posicionamento privilegiado de cada país na área respectiva;

– identificar e analisar problemas comuns e elaborar propostas de recomendação aos Governos da CPLP, com vista à sua solução.

No âmbito do Conselho Empresarial, o papel das associações empresariais, com o conhecimento mútuo cimentado ao longo de décadas, o conhecimento *no terreno* da realidade económica, política e social dos países membros e as suas

Distribuição Geográfica do Comércio dos Países da CPLP

	Clientes exportações		Fornecedores importações	
PORTUGAL 2001	1º Alemanha	23,2%	1º Espanha	29,0%
	2º Espanha	21,1%	2º Alemanha	19,1%
	3º França	15,3%	3º França	13,3%
	4º Reino Unido	13,0%	4º Itália	9,2%
BRASIL 2001	1º EUA	21,2%	1º EUA	24,1%
	2º Argentina	7,8%	2º Alemanha	9,2%
	3º Holanda	4,2%	3º Argentina	7,7%
	4º Alemanha	3,8%	4º Japão	4,1%
ANGOLA 2000	1º EUA	49,4%	1º Coreia do Sul	16,3%
	2º China	13,9%	2º Portugal	15,9%
	3º Coreia do Sul	10,2%	3º EUA	10,3%
	4º França	5,1%	4º África do Sul	10,2%
CABO VERDE 2001	1º Portugal	90,7%	1º Portugal	52,1%
	2º Espanha	0,2%	2º Holanda	14,9%
	3º Holanda	0,2%	3º Espanha	3,6%
	4º —		4º França	3,2%
GUINÉ-BISSAU 2001	1º Índia	85,6%	1º Portugal	29,9%
	2º Portugal	3,8%	2º Senegal	27,4%
	3º Senegal	2,5%	3º China	10,9%
	4º França	1,7%	4º Holanda	6,6%
MOÇAMBIQUE 2001	1º África do Sul	15,3%	1º África do Sul	40,5%
	2º Zimbabué	5,3%	2º Portugal	8,4%
	3º Japão	4,1%	3º EUA	1,8%
	4º Portugal	4,0%	4º Reino Unido	1,1%
SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE 2000	1º Holanda	57,7%	1º Portugal	41,7%
	2º Portugal	10,9%	2º Angola	13,0%
	3º —		3º Japão	10,8%
	4º —		4º Bélgica	8,5%
TIMOR 2001	1º EUA	33,8%	1º Portugal	27,7%
	2º Angola	21,3%	2º Singapura	15%
	3º Dinamarca	15%	3º Austrália	14%
	4º Portugal	7,2%	4º Macau	9,2%

* Consultor, Portugal.

Fontes: Banco de Portugal, ICEP, INE, Min. do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Externo (Brasil)

inegáveis valências, será determinante no apoio à cooperação empresarial, à cooperação interassociativa e ao desenvolvimento dos recursos humanos.

E, quando referimos o movimento associativo empresarial não estamos a pensar só nas associações empresariais de Portugal e do Brasil. Com efeito, e no que diz respeito aos Palop, é de destacar a qualidade das actividades desenvolvidas pelas associações empresariais de Cabo Verde, Angola e Moçambique.

A título de exemplo, refira-se as seguintes actividades: missões empresariais; seminários, mesas redondas e encontros de trabalho; estudos de mercado; apoio na obtenção de financiamentos; realização de encontros de Associações Empresariais da CPLP; levantamento de necessidades de formação e concepção, execução e avaliação de projectos de formação e de formação/acção.

De destacar, ainda, a colaboração que podem prestar, por exemplo, na criação e gestão de um *site oficial* do Conselho Empresarial, a exemplo do que acontece com o “Forum Francophone des Affaires”, onde constem oportunidades de negócio colocadas no site pelas empresas, empresários, investidores, importadores, exportadores e prestadores de serviços profissionais com o objectivo de promover as trocas comerciais, as parcerias, a transferência de tecnologia, as *joint ventures* e o comércio electrónico.

Esse site oficial seria uma fonte de informação pertinente. Além das ofertas de negócios visando os mercados lusófonos, poderá facultar informação económica, de feiras, exposições, fora e seminários, informação estatística sobre o espaço da CPLP, informações relativas a organizações de cooperação internacional e, ainda, páginas consagradas aos países e às comunidades económicas que integram.

De sublinhar os *ambiciosos* princípios e valores que, de acordo com as conclusões do I Fórum Empresarial da CPLP, devem nortear a actuação do Conselho Empresarial, como parceria público-privada, a saber:

– estabilização, crescimento e bom funcionamento das economias dos países membros como um bem comum da CPLP;

– maior participação dos países membros no desenvolvimento do sistema económico mundial;

– promoção da actividade privada e o reforço da confiança entre todos os parceiros económicos e instituições de financiamento dos países membros;

– erradicação da pobreza e promoção do desenvolvimento sustentável nos termos acordados, em Março de 2002, na Conferência de Monterrey, com vista à diminuição das assimetrias entre os países membros.

Finalmente, como condição para a sua participação na economia mundial, os países membros da CPLP, estão obrigados a aceitar e implementar:

– o objectivo da *boa governação*, adoptado pela Conferência Internacional sobre o Financiamento do Desenvolvi-



É por acreditar nas potencialidades do mercado Europeu que o Grupo Itaú é o maior investidor brasileiro em Portugal.

O resultado disso é que o Banco Itaú Europa tem o conhecimento e a experiência dos mercados português e brasileiro, sendo um parceiro essencial para apoiar as empresas portuguesas no Brasil.

Fale Connosco

- Mercado de Capitais
- Trade Finance
- Assessoria: Investimentos & Fiscal
- Corporate / Project Finance / M&A
- Financiamentos Estruturados
- Trading em Derivados
- Hedging
- Private Banking
- Cash Management
- Cartas de Crédito e Garantias
- Depósitos
- Cobranças

Rua Tierno Galvan,
Torre 3-11* 1099-048
Lisboa PORTUGAL

Tel: +351 21 381 10 00/20/30
Fax: +351 21 388 72 19/56

Email: bleglobal@itau.europa.pt
www.itau.europa.pt

Itaú Europa

Especialista em negócios entre o Brasil e a Europa

mento, promovida pelas Nações Unidas, em Monterrey, México, em Março de 2002;

– criação de condições favoráveis ao desenvolvimento do *sector privado* enquanto motor do crescimento económico;

– promoção de *parcerias público-privadas*, consagradas na Conferência de Monterrey como importantes instrumentos para a criação de ambientes propícios ao normal funcionamento das empresas e à atracção e aumento do investimento, factor essencial à criação de riqueza e emprego, criando confiança entre todos os parceiros e financiadores do desenvolvimento dos países;

– dinamização da presença de cada um dos países membros da CPLP nos espaços regionais onde se inte-

gram, procurando retirar mais benefícios dessa integração e mais-valias da complementaridade resultante do seu inter-relacionamento.



A entrada em funcionamento de um Conselho Empresarial da CPLP pode vir a constituir no futuro um factor importante de promoção e dinamização das relações empresariais entre os Oito.

tar os novos desafios, superar os riscos e aproveitar as oportunidades – será mais fácil de atingir com recurso às parcerias público-privadas. ■

Com efeito, só um ambiente favorável ao investimento – interno e externo – permite a sua efectiva captação e, em consequência, o desenvolvimento sustentado e a redução da pobreza e, por outro lado, a boa governação é determinante para a melhoria das condições de vida dos povos e para a consolidação das democracias. E da paz.

Aqui chegados, devemos reconhecer que muito há para fazer. Mas tudo – ac-

da

p

ru

p